

Fronteira e nacionalização: a Segunda Guerra Mundial em Porto Novo (Brasil, 1942-1943)

João Vitor Sausen¹

RESUMEN: La nacionalización es un problema inherente a la existencia de los Estados-Nación, ya que identifican sus territorialidades y buscan que sus nacionales las ocupen. Este tema fue de gran importancia para Brasil entre 1937 y 1945, cuando estaba en vigor un gobierno dictatorial, llamado "Estado Novo", basado en la centralización política. Al realizar una "Campaña de nacionalización" como una forma de tratar de unificar a la población brasileña en torno a una identidad nacional única, el gobierno ha dirigido su atención a los grupos de inmigrantes o sus descendientes que ocupaban su territorio. Por lo tanto, Porto Novo, una colonia formada por grupos de habla alemana y fe católica, ubicada en el estado de Santa Catarina, en la frontera brasileña con la República Argentina, se convirtió en un objetivo especial durante el período. Primero recibió políticas suaves y luego, con la entrada de Brasil en la Segunda Guerra Mundial, parte de su población sufrió políticas de nacionalización más agresivas, de las cuales tuvieron lugar migraciones forzadas en agosto de 1942 y febrero de 1943. Con base en estas cuestiones, presentaremos en este documento los eventos que surgen de la Campaña de Nacionalización, con especial atención a las migraciones forzadas, con el fin de presentar una visión general de los impactos de las políticas estatales y su relación con una perspectiva de nacionalización.

Palabras-clave: Estado Novo; Frontera; Migraciones; Nacionalización; Porto Novo.

RESUMO: A nacionalização é uma questão inerente à existência de Estados-Nação, pois estes identificam suas territorialidades e buscam que seus nacionais a ocupem. Esta questão teve grande importância ao Brasil, entre os anos de 1937 e 1945, quando vigorou um governo ditatorial, denominado de "Estado Novo", baseado na centralização política. Ao dirigir uma "Campanha de nacionalização", enquanto forma de busca pela unificação da população brasileira em torno de uma só identidade nacional, o governo vigente voltou sua atenção aos grupos de imigrantes ou seus descendentes que ocupavam seu território. Desta forma, Porto Novo, colônia formada por grupos de fala alemã e de fé católica, localizada no estado de Santa Catarina na faixa de fronteira brasileira com a República Argentina, tornou-se um alvo especial no período. Primeiramente foi atingida por políticas brandas e mais tarde, com o ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial, parte de sua população sofreu com políticas de nacionalização mais agressivas, das quais decorreram as migrações forçadas, em agosto de 1942 e fevereiro de 1943. Com base nestes pressupostos, apresentaremos no presente trabalho os eventos decorrentes da Campanha de Nacionalização, com especial atenção às migrações forçadas, de forma a apresentar um panorama dos impactos das políticas estatais e sua relação com uma perspectiva nacionalizadora.

Palavras-chave: Estado Novo; Fronteira; Migrações; Nacionalização; Porto Novo.

ABSTRACT: Nationalization is an inherent issue in the existence of Nation-States, as they identify their territorialities and seek their nationals to occupy them. This issue was of great importance to Brazil between 1937 and 1945, when a dictatorial government called the "Estado Novo" was in force, based on political centralization. By conducting a "Nationalization Campaign" as a way of seeking to unify the Brazilian population around a single national identity, the government has turned its attention to immigrant groups or their descendants occupying its territory. Thus, Porto Novo, a colony formed by German-speaking and Catholic faith groups, located in the state of Santa Catarina on the Brazilian border with the Argentine Republic, became a special target during the period. First, it was hit by soft policies and later, with the Brazilian entry into World War II, part of its population suffered from more aggressive nationalization policies, from which forced migrations took place in August 1942 and February 1943. Based on these assumptions, we will present in this paper the events arising from the Nationalization Campaign, with special attention to forced migrations, in order to present an overview of the impacts of state policies and their relationship with a nationalizing perspective.

Keywords: Estado Novo; Border; Forced migrations; Nationalization; Porto Novo.

¹ Graduado em História na Universidade Federal de Santa Maria. Trabalho vinculado à Bolsa FAPERGS/UFSM/PROBIC em 2019. sausenjoaovitor@gmail.com

Introdução

Em 1947, Herman Scholz, alemão nato, retornou ao Brasil, após um pedido de seus pais. O país no qual passou a viver estava em paz, após três anos de guerra, o Estado Novo havia sido extinto, e um novo governo, nas mãos do general Eurico Gaspar Dutra dirigia o país apoiado na Constituição de 1946. Os mesmos três anos de conflito, iniciados oficialmente após a declaração de Guerra do Brasil, em 1942, ao eixo como um todo (Alemanha, Bulgária, Hungria, Itália, Japão, Romênia, entre outros), transformaram em inimigos dezenas de milhares de habitantes de seu solo. Tal situação originou políticas de segurança nacional voltadas à neutralização de um perigo interno, o que afetou profundamente o cotidiano de locais cuja presença de cidadãos do eixo era uma realidade.

A partir da condição de atrito nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no mês de agosto de 1942, Herman acompanhou um grupo de alemães natos em uma “fuga” rumo à República Argentina, entre os quais estavam seu irmão Frantz, e seu pai, August. Anteriormente vivia na Linha Presidente Becker, localizada politicamente na Vila de Itapiranga (pertencente então ao município de Chapecó) e ideologicamente na colônia “alemã”² particular de Porto Novo. Após alguns dias e a desistência de alguns, a comitiva alcançou a cidade argentina de Oberá, onde Scholz trabalhou por três anos em uma madeireira e outros dois como balconista.

Em fevereiro de 1943, e a partir de ordens diretas da subdelegacia da Vila de Itapiranga, todos os cidadãos de países do eixo foram obrigados a desfazerem-se de seus bens imóveis e deixarem o local em dez dias. Apesar da reversão da ordem antes do final daquele mês, centenas de indivíduos foram afetados em um evidente movimento de remoção forçada de elementos “perigosos” à segurança nacional brasileira, bem como da nacionalização da faixa de fronteira com a República Argentina.

Neste sentido, e em um contexto de guerra, o Estado brasileiro voltou sua atenção aos cidadãos de estados inimigos que ocupavam seu território, bem como aqueles que manifestavam uma cultura distinta do oficial, e executou esforços de nacionalização. Desta maneira, as migrações forçadas caracterizadas pelos eventos de agosto de 1942 ou de fevereiro de 1943 constituem uma forma de nacionalização da região de fronteira e apresentam-se como iniciativas extremas em um contexto de guerra.

² No presente texto utilizaremos o termo “alemão” para se referir a aqueles que falavam alguma língua teutônica, sem necessariamente ter nascido no território que dizia respeito ao Império Alemão, República de Weimar ou a Alemanha nazista. Por outro lado, a denominação “alemão nato” será utilizada para demarcar àquelas que possuíam a cidadania alemã por condição de nascença. E como complemento, faremos uso dos termos “teutônicos” ou “germânicos” de forma indiscriminada a fim de não fatigar o termo “alemão”.

Com base nestas questões, no presente artigo apresentaremos as migrações forçadas e sua relação com a nacionalização dos territórios brasileiros de fronteira, na figura da colônia Porto Novo (Vila de Itapiranga). Este trabalho é também fruto da monografia de conclusão de graduação de João Vitor Sausen, intitulada “A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)”, defendida e aprovada em julho de 2019, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, vinculada e subvencionada com bolsa Probic/Fapergs/UFSM no interior do projeto de pesquisa “‘América Platina’: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global”.

A engenharia social dos Estados-nação

A instituição de um Estado-Nação definiria em tese uma população identificada a uma cultura em um território regido por uma organização política comum. Neste sentido, elementos dissonantes dos definidos como “ideais nacionais” tenderiam a ser foco de políticas nacionalizadoras do solo pertencente ao Estado Nacional. Tais políticas tiveram e tem formatações variadas, determinadas por direcionamentos políticos, temporalidades ou espacialidades.

Na Alemanha nazista as políticas de nacionalização levaram a soluções como o extermínio físico de populações dissonantes do ideal nacional (CONVERSI, 2012). No período de ocupação e fragmentação do território alemão pelas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, e o posterior reestabelecimento de um estado polonês, a construção do território deste contou com a migração forçada de centenas de milhares de cidadãos alemães que ocupavam parcelas do solo a partir de então considerado polaco (ibid).

Soluções para a construção nacional como o extermínio físico ou a remoção espacial são faces de políticas rápidas de nacionalização com um fim único: a homogeneização cultural. Podem ser adicionadas a este grupo medidas mais lentas como a standardização e monopólio do ensino sob diretrizes únicas para todo o território (GELLNER, 2001; HOBBSBAWM, 2013); incentivos a práticas patrióticas ou culturais relacionadas ao Estado-Nação (ZUEV & VIRCHOW, 2014); proibição da fala de línguas estrangeiras e manifestação de culturas dissonantes da nacional em espaços públicos (MAYER, 2016; NEUMANN, 2003; SAUSEN, 2019).

A nacionalização, porém, independe da atuação do Estado. Este pode ou não ser um agente importante do processo, dependendo especialmente de seus recursos estruturais e o contexto histórico. Diversos autores, como Pablo Giori (2014, 2015, 2017) ou Eric J. Hobsbawm (2013), defendem que para o processo de nacionalização, não só a atuação do Estado, enquanto fator “a partir de cima”, como também as atividades populares, manifestações culturais, entre diversas outras, como questões “a partir de baixo”, são cruciais para a construção de identidades nacionais. De maneira próxima, Alejandro Quiroga (2011, 2013) defende a existência, para o caso histórico espanhol, mas também como interessantes categorias de análise, de três esferas de nacionalização.

Desponta como primeira destas a *esfera pública*, ou os âmbitos dominados pela atuação estatal. Nestes o Estado teria uma posição privilegiada na difusão de informações e consequente construção de identidades nacionais, a partir de “agentes nacionalizadores”, na figura de repartições públicas e seus funcionários (QUIROGA, 2011, p. 149). Para além do Estado, Quiroga defende também a atuação de entidades privadas no âmbito público, o que resultaria na *esfera semi-pública*. Este meio se refere, de forma geral a partidos políticos, sindicatos, associações culturais, grupos esportivos e instituições religiosas (2011, p. 150), cujos discursos podem ser também dissonantes dos oficiais. O autor aponta ainda para a existência de uma *esfera privada*, ou seja, o entorno familiar e de amigos do indivíduo, local primário de fomentação de identidades pessoais ou grupais (idem).

Este modelo nos serve de ponto de partida para um olhar voltado ao Brasil em um período de grande centralização do poder que é o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), encabeçado por Getúlio Vargas. Neste o Estado foi a figura crucial na construção de identidades e podemos supor que a *esfera pública* foi majoritária frente às outras. Assim, foram conduzidos múltiplos esforços em torno da construção de uma só e centralizada identidade nacional brasileira, que tinha como ponto principal a fala da língua portuguesa (NEUMANN, 2003), de forma em que a “nacionalização” tornou-se política oficial de Estado no período.

Buscamos um olhar sobre o tema da nacionalização em trabalhos anteriores (SAUSEN, 2018a, 2018b, 2019), no contexto do Estado Novo (1937-1945), e com direcionamento para populações que não configuravam o ideal nacional durante o período, como é o caso do imenso contingente imigrante ou de seus descendentes que habitavam o sul do território nacional, e que em muitos casos, apesar da cidadania brasileira de grande parte, foram considerados “estrangeiros”. O caso de Porto Novo, colônia destinada à alemães ou descendentes que fossem de fé católica, no oeste catarinense, ao qual nos dedicamos, merece especial atenção durante o Estado Novo. Sua configuração inicial, cuidadosamente confeccionada por ideologias

germanistas (SAUSEN, 2019), e que buscava a preservação e reprodução de uma organização dissonante da identidade brasileira, prontamente foi alvo de políticas nacionalizadoras durante a vigência do Estado Novo.

Imigração e o Projeto Porto Novo

A já citada Porto Novo, objeto deste trabalho, é fruto, por sua vez, da *Volksverein für die deutschen katolikhen in der Rio Grande do Sul*³, associação fundada em 1912 e com forte presença de padres jesuítas no seu direcionamento (NUNES, 2015). Estes tinham uma afinidade com o germanismo, o qual era uma corrente de pensamento brasileira resultante de uma camada intelectual do meio imigrante ou de seus descendentes que defendiam a existência de uma identidade teuto-brasileira, vinculada à pátria que os havia recebido e com questões culturais intimamente vinculadas à nacionalidade alemã (SILVA, 2005).

Desta forma, a vinculação “brasileira” se daria por um lado político, de nascimento no território ou reconhecimento de uma não possibilidade de retorno ao local de nascença (um Estado alemão unificado ou as diversas divisões políticas anteriores à 1871) (SEYFERTH, 1994). O complemento “teuto” era originado da vinculação cultural alemã, na figura de uma “nação”, em um sentido que independia da existência ou não de um Estado alemão. Assim, restava um indivíduo teuto de nação e brasileiro de vinculação política.

Com base nesta perspectiva, foram criadas diversas associações em vista de preservar a nacionalidade alemã, a partir da manutenção das manifestações culturais consideradas como pertencentes à tal nacionalidade. A *Volksverein*, no interior do pensamento germanista jesuíta, é um exemplo de tal esforço. Seus principais objetivos incluíam uma busca pelo auxílio cultural, espiritual e socioeconômico da população católica de origem alemã encontrada no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Prontamente tornou-se um foco da associação a construção de uma colonização restrita a seu público, o que foi consolidado, após algumas tentativas prévias,

³ Sociedade Popular para os alemães do Rio Grande do Sul.

com a criação da colônia Porto Novo, no estado de Santa Catarina, em 1926⁴. No mapa a seguir pode ser observada a localização da colônia em nível estadual, nacional e continental⁵:



Figura 1: Localização do estado de Santa Catarina e do território da colônia Porto Novo com relação à totalidade do território brasileiro. Podemos observar neste mapa tanto o caráter de dupla fronteira, à oeste com a República Argentina e ao norte com relação ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Acréscimos realizados sobre a adaptação original.

Fonte: SAUSEN, João Vitor. A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019. p. 16.

Em vista de uma forma de organização onde a vida comunitária e religiosa fossem o centro da existência de seus habitantes, a *Volkssverein* organizou um modelo para Porto Novo que mantinha características que já eram adotadas em diversos casos no Rio Grande do Sul. No mapa a seguir podemos observar uma representação de sua organização interna, de forma em que existiam as “Linhas”, subdivisões da colônia em que figuravam centros comunitários, igrejas ou capelas, assim como escolas, em seu formato mais básico. Todas as Linhas estavam localizadas

⁴ As terras adquiridas pela *Volkssverein* estavam em uma região de recente disputa, primeiro entre Argentina e Brasil e depois entre os estados de Paraná e Santa Catarina, todavia, estas nunca estiveram desabitadas. Quando chegaram os primeiros migrantes ao empreendimento da associação, diversos grupos “caboclos” estavam instalados ao redor de diversas porções do território, o que originou certos atritos entre os novos e antigos habitantes. In: REICHERT, Patrício. “Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo”. In: MAYER, Leandro; FRANZEN, Douglas Orestes (org.). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 179-193. ISBN: 978-85-7843-578-3.

⁵ A espacialidade em questão corresponde atualmente aos municípios catarinenses de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como uma pequena parte de Iporã do Oeste.

próximas a leitos fluviais e não muito distantes dos núcleos urbanos, que nesta temporalidade eram a “Linha Itapiranga” (Sede Porto Novo), e a “Linha Capela” (Sede Capela). Nas primeiras décadas de existência de Porto Novo, as Linhas eram o principal núcleo de vivências socioculturais dos colonos.

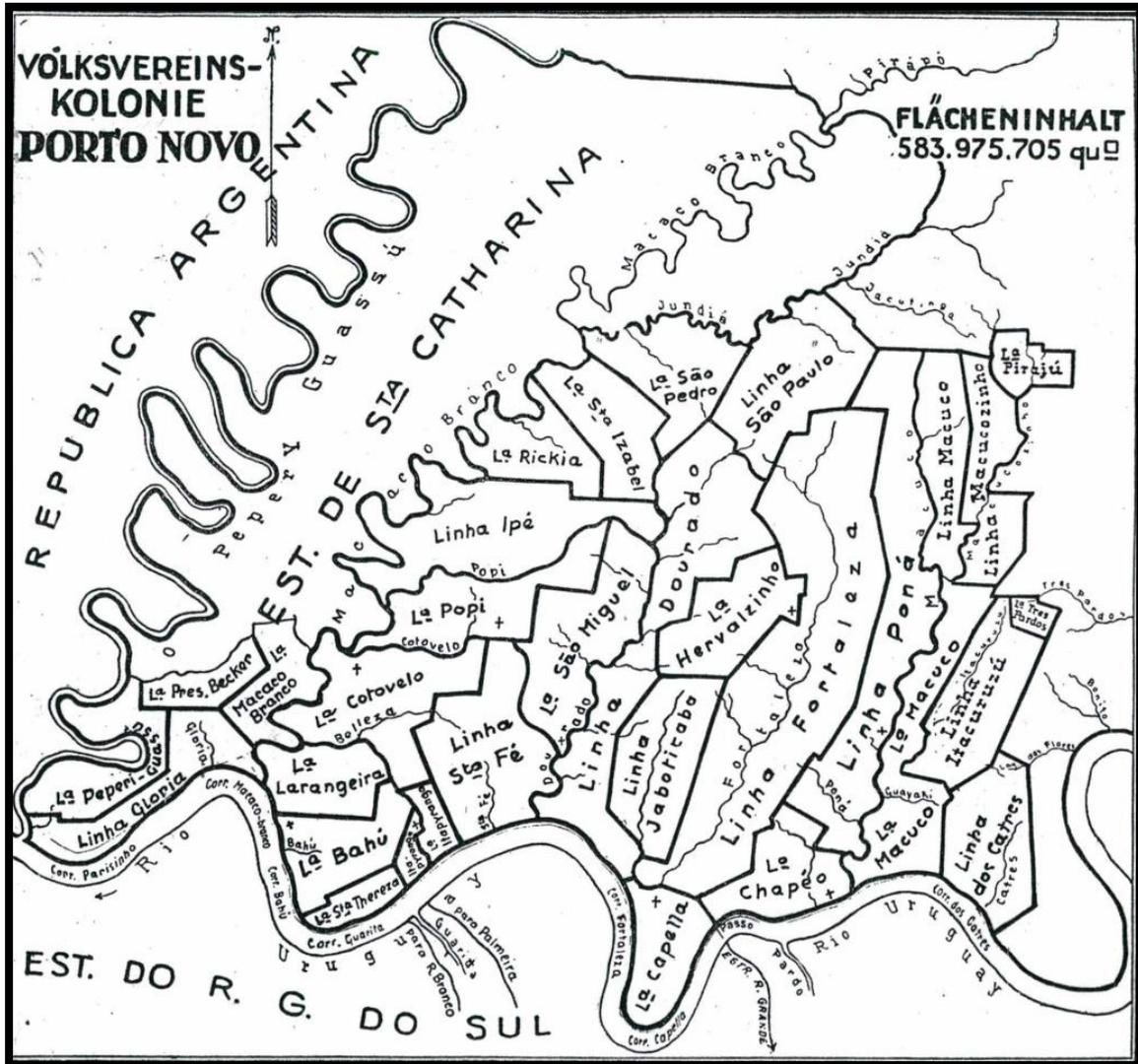


Figura 2 - Mapa da colônia Porto Novo e suas subdivisões em 1932. As siglas “L” seguidas de algum nome específico, dizem respeito as “linhas”.

Fonte: MIDDELDORF, 1932 apud WERLE, André Carlos. O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001. p. 137.

Podemos perceber semelhanças deste modelo apresentado com o que era encontrado no Rio Grande do Sul, como já apontamos anteriormente. Para o meio germânico Martin Dreher (2014) defende que era adotado um modelo de “Picada”, no qual “(...) o cotidiano girava em torno de quatro eixos fundamentais: religião, escola, agricultura, arte e diversões” (p. 138). De Boni (1992) classifica o formato comunitário adotado pelos imigrantes italianos e seus descendentes no estado do Rio Grande do Sul como “Travessão”, onde figuravam uma capela,

escola e centros de convivência (bodega, salão de festas, cancha de bochas, cemitério, campos de futebol, entre outros).

Em todos os estilos, seja “Linha”, “Picada” ou “Travessão” a vivência comunitária era limitada a um grupo restrito e que se conhecia mutuamente, assim como era indissociável do âmbito religioso, da mesma forma em que ocorria com o ensino, que estava sob as diretrizes paroquiais. Esta também era uma característica do ensino comunitário no Rio Grande do Sul. Lúcio Kreutz (1994) informa que as escolas deste modelo eram voltadas a conduzir a um aprendizado essencial para a vida nas comunidades rurais, seja em um sentido religioso ou social. Seu objetivo principal era a preparação para a realidade em que estavam inseridos, ou seja, o universo comunitário anteriormente apresentado.

Paulino Eidt (2018) defende que as comunidades buscavam a construção de suas escolas, o que também foi mantido no projeto Porto Novo. Neste as escolas sob o controle paroquial foram instaladas nas linhas e eram mantidas por subvenção dos habitantes da própria comunidade. Neste sentido, podemos presumir que a paróquia garantia a manutenção e orientação ideológica, enquanto que a população local tratava de fazer com que as unidades escolares e seu professor sobrevivessem.

O já supracitado Lúcio Kreutz (1994) identifica que no ano de 1930 existiram cerca de 1500 escolas comunitárias deste modelo no Brasil, sendo que 1041 estavam localizadas no estado do Rio Grande do Sul e 340 no estado de Santa Catarina. Roque Jungblut (2011), por sua vez, aponta que já no ano de 1932 existiam em Porto Novo 10 escolas deste modelo, o que conforma um significativo número no total apresentado por Kreutz (1994).

Percebemos com estes pontos que Porto Novo, além da origem da grande maioria de seus primeiros habitantes, era uma continuidade da imigração alemã e seus desdobramentos no Rio Grande do Sul (EIDT, 2011). Em um primeiro momento a própria localização espacial a deixava muito mais próxima do estado de origem do que de Santa Catarina. No entanto, uma primeira introdução à perspectiva estadual catarinense pode ser observada em 1929, quando Porto Novo recebeu a visita do então presidente do estado Adolfo Konder. Neste evento e por sugestão do visitante, a localidade teve seu nome oficial alterado para “Itapiranga”, devido a existência de um curso de água homônimo em meio à sede urbana de Porto Novo (MAYER, 2016). Esta nomenclatura foi utilizada de forma oficial para referir-se politicamente ao local, mas enquanto colônia o antigo nome prevaleceu em uso (um exemplo se encontra na figura anterior, de 1932).

Em 1932, com apenas seis anos de existência, a localidade foi alçada ao posto de Distrito, o que lhe garantiu certas atribuições políticas e já não depender tanto do Distrito vizinho de Porto Feliz (ROHDE, 2011). No mesmo período, chegaram a Itapiranga grupos de origem

européia, especialmente alemães e teuto-romenos, em virtude da situação econômica piorada após a Quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 (MAYER, 2016). Um dos provenientes deste movimento foi o anteriormente citado Herman Scholz, que migrou com seus pais da Alemanha de Weimar, sob o intermédio da *Sankt Rafaelsverein*⁶ (JUNGBLUT, 2011).

A maior parte dos alemães natos que se direcionaram a Porto Novo no início da década de 1930, o que inclui Herman, foram assentados na Linha Becker (observável na figura 2), o que acabou por conformar uma compartimentalização nacional interna ao projeto da *Volksverein*, que por si só já era algo semelhante em um nível macro (JUNGBLUT, 2011). Todavia, suas características particulares, bem como a essência motivadora de sua existência, não fazia com que fosse isolada do restante do país. Tal questão é comprovada pela introdução e organização em nível local de movimentos como o integralismo, movimento de extrema-direita liderado por Plínio Salgado, ainda na mesma década (MAYER, 2016).

Diversos habitantes da colônia passaram a se envolver no movimento e criaram um corpo considerável, assim como também acontecia em diversas localidades brasileiras onde a composição por grupos (i)migrantes de origem europeia era alta. Uma representante destes cativados foi Maria Wiersch Rohde, habitante da Sede Capela e esposa de um dos administradores da colônia, Carlos Rohde. Maria tornou-se a organizadora da *juventude pliniana*, uma espécie de corpo jovem do movimento integralista, que buscava um esforço de preparação física e moral das camadas que não pertenciam à faixa adulta do grupo político (MAYER, 2016).

Neste sentido, Porto Novo não pode ser observada como isolada das problemáticas nacionais. As dificuldades de acesso ao seu território no período não eram um impeditivo a seu relacionamento com as restantes, não configurando assim somente uma porção insular habitada por alemães e seus descendentes, mas sim uma parte afastada e recente, em plena construção e integração ao território brasileiro. Todavia, mudanças institucionais em nível nacional, a partir de 1937, fizeram com que Porto Novo fosse alvo de políticas de nacionalização que visavam introduzi-la de vez em uma perspectiva nacional.

A nacionalização e a fronteira

⁶ Associação São Rafael [tradução nossa]. Que segundo André Carlos Werle (2001) era responsável por: “(...)indicar um rumo aos alemães desempregados do difícil e complicado período de entre guerras. O principal campo de atuação da Associação consistia na assistência aos migrantes, bem como sua instalação e adaptação”. (2001, p. 143). In: WERLE, André Carlos. O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.

Um golpe de estado que visava a manutenção do grupo de Getúlio Vargas no poder que já ocupava desde o ano de 1930, instituiu o “Estado Novo”, com sua própria constituição de formatação caracterizada por uma alta centralização (LEVINE, 2001). Prontamente tornou-se uma política de Estado a consolidação e difusão de uma só identidade nacional para toda sua territorialidade, o que foi sintetizado na “Campanha de Nacionalização” (SCHWARTZMANN, BOMENY, COSTA, 1984). Em Porto Novo os primeiros impactos da campanha foram sentidos em 1938, quando as suas escolas paroquiais foram estatizadas e professores nacionais (consonantes com as ideologias governistas) foram realocados para estas. No mesmo ano, também iniciaram perseguições políticas à integralistas locais (MAYER, 2016)⁷.

Já indicamos em trabalhos anteriores, especialmente no trabalho de conclusão de graduação intitulado “A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)”⁸, que diversas iniciativas haviam sido voltadas à nacionalização do âmbito local. Além da estatização do ensino e das perseguições políticas, o ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial, fez com que ao longo do período de conflito do Brasil com a Alemanha (1942-1945), seriam registradas prisões e punições diversas às falas e textos em línguas alemãs. Junto a este aspecto, em seu solo despontam dois momentos de migrações forçadas: a primeira, em agosto de 1942, indireta e a partir da declaração de guerra do Brasil ao eixo; um segundo momento, fevereiro de 1943, diretamente por ordem das autoridades policiais locais. Como complemento às principais medidas de nacionalização, o governo nacional dirigiu incentivos a atitudes patrióticas à população local (SAUSEN, 2019).

No interior de todas estas iniciativas a fronteira aparece como uma problemática essencial. A localização junto a faixa de fronteira, o relativo “isolamento” de Porto Novo bem como a composição majoritária de alemães e seus descendentes, foram uma combinação que amplificou os esforços de nacionalização em nível local. Neste sentido, a faixa de fronteira era vista pelas autoridades como uma região de riscos em potencial e com a necessidade de medidas de segurança, e em conjunto a estas caminhava a nacionalização.

Já em 1939, o poder central havia definido, a partir do Decreto-Lei N.º 1.164, que a aquisição de terras localizadas a uma distância de 150 quilômetros do limite político com algum

⁷ Leandro Mayer (2016), ao estudar os casos de perseguidos políticos, revela que uma série de integralistas foram perseguidos, presos e torturados, em busca de revelar uma suposta conspiração contra o governo nacional da qual os mesmos teriam feito parte. In: MAYER, Leandro. “O triste fim de Anton Kliemann”: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo. 2016.

⁸ SAUSEN, João Vitor. A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.

outro país só poderia ser feita mediante autorização prévia do Conselho de Segurança Nacional. Também era instituído que a região distante até 30 quilômetros dos limites políticos nacionais deveria ser destinada preferencialmente a atividades agrícolas, somente com trabalho de brasileiros natos. De maneira ampla também era proibido nesta área o ensino de línguas estrangeiras a menores de catorze anos, bem como era almejada uma predominância em razão de 80% de brasileiros natos na região de fronteira⁹. Ou seja, o a ditadura que governava o país havia construído uma base legislativa para seus esforços de nacionalização, e os dirigia com força para as faixas de fronteira, áreas observadas como críticas a “segurança nacional”.

Com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo como um todo (Alemanha, Bulgária, Hungria, Itália, Japão, Romênia, entre outros), como já relatado anteriormente, foram instituídas novas medidas de nacionalização. A partir deste momento não era somente à indivíduos não nacionais que se direcionavam os esforços, mas diversos destes passaram a estar relacionados a nações inimigas, ao que urgiram medidas estatais.

Entretanto, a população de Porto Novo não sofreu em bloco com as medidas decorrentes da nacionalização, isso porque nunca foi homogênea. Diversos habitantes locais se uniram aos esforços, assim como outros podem ter ficado indiferentes. Para os habitantes da Linha Becker (ver figura 2), majoritariamente alemães, por exemplo, é certo que os anos de conflito foram de grande impacto para seus cotidianos. É justamente com os estrangeiros localizados em Porto Novo que ocorrem dois casos emblemáticos da Campanha de Nacionalização em nível local, o primeiro em agosto de 1942 e o segundo em fevereiro de 1943.

Agosto de 1942, guerra e fuga pela fronteira

A década de 1930 havia sido caracterizada, na política exterior brasileira, por uma relação comercial com ambos os Estados Unidos da América e o III Reich Alemão. Todavia, ao final daquele período, houve um direcionamento maior aos primeiros, bem como parcerias estratégicas, como a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, com apoio *yankee* (BUENO, 2008). Neste sentido, já em dezembro de 1941, o ataque japonês à diversas possessões estadunidenses representou a inserção de diversos países americanos no conflito internacional. Em janeiro do ano seguinte, o Brasil foi um dos Estados que romperam as relações diplomáticas com o Eixo. Ao longo do primeiro semestre daquele ano, diversos navios brasileiros foram

⁹ In: BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1939. Seção 1, s/p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

atacados por atividades submarinas alemãs e italianas, fato que culminou, após intensa pressão popular, na declaração de guerra brasileira ao Eixo como um todo (MROS, 2019).

Em consonância ao processo de esfacelamento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo Roma-Berlin-Tóquio, no mês de agosto de 1942, bem como a partir do temor por uma nova onda de perseguições políticas por suas condições nacionais, um grupo indeterminado¹⁰ de cidadãos alemães que residia em Itapiranga fugiu rumo à República Argentina, antes da declaração formal de guerra. Um destes foi Herman Scholz, anteriormente citado, que junto a seu irmão Frantz acompanhou seu pai August na fuga. O fizeram abandonando um lar que habitavam há quase dez anos, na Linha Becker (ver figura 2), de forma a não especularem uma data de retorno possível.

Um breve relato de sua experiência se encontra na obra “Porto Novo: um documentário histórico”, publicada originalmente em 2001. De acordo com o que é apresentado, Herman Scholz informa que nem todos acompanharam o movimento até o fim. Segundo ele, os participantes teriam adentrado a mata da região rumo a fronteira por somente dois quilômetros, tendo então aguardado por dois dias por possíveis perseguições. Neste ponto, quatro participantes desistiram e acabaram presos ao retornarem. Os remanescentes seguiram um arrasto de toras (uma espécie de clareira deixada pela extração de madeira), ao longo de uma comunidade fronteiriça até alcançarem o Rio Peperí-Guaçu (JUNGBLUT, 2011, p. 474). A partir do cruzamento do limite político com a República Argentina, teriam alcançado inicialmente a cidade de Oberá, para então parte deles se dirigirem à outras partes do território argentino de Misiones. No mapa a seguir pode ser observada origem e destino da migração forçada de 1942:

¹⁰ As fontes consultadas são ambíguas com relação ao total de participantes, Maria Wiersch Rohde (2011), a partir do diário de sua filha, relata um grupo de onze; Wolfgang Lengert, em entrevista (JUNGBLUT, 2011), disse que se tratavam de treze, o que o levava a chamar o grupo de “Coluna dos 13”; Herman Scholz, um dos participantes do processo, não indica o total de fugitivos, mas aponta para cinco desistentes (JUNGBLUT, 2011); Ida Welter (2010), somente relata brevemente o processo, sem dar maiores detalhes.

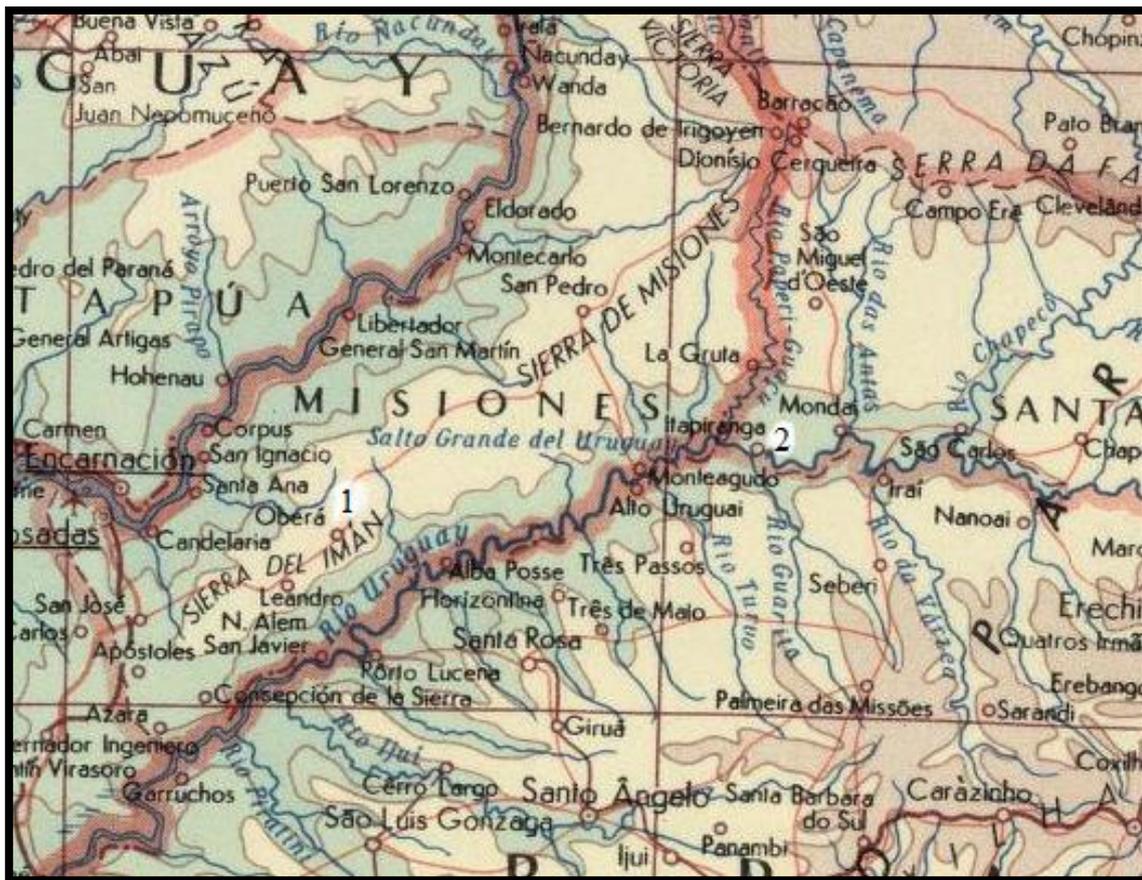


Figura 3: Recorte do mapa físico “Chile - Central, Argentina - North-East, and Uruguay. Pergamon World Atlas” de 1967, com inserção de numeração para fins didáticos. O número 2 corresponde à localização de Oberá, destino dos migrantes, enquanto que o número 1 diz respeito a colônia Porto Novo (Itapiranga), origem do grupo. A imigração forçada de agosto de 1942 cruzou o Rio Peperi-Guaçu (representado ao lado de Itapiranga enquanto marco fronteiro entre o Estado argentino e o brasileiro), e rumou pela “Sierra de Misiones” até a cidade de Oberá, já na “Sierra del Imán”.

Fonte: <<https://www.davidrumsey.com>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Como pode ser observado, este momento de migrações forçadas não foi originado por uma ação direta do estado, mas sim por um temor de suas medidas. Neste sentido, o grupo fez uso da própria fronteira que, para o Estado Novo, os transformava em um perigo potencial. Assim, a fronteira serviu como um recurso último em meio a condições extremas para um grupo ao qual não sabemos informar um número definido de participantes, mas sim a denominação que acabou por receber: “a coluna dos 13” (JUNGBLUT, 2011).

Um segundo momento de migrações forçadas ocorreu em 1943, em virtude do conflito global e da participação brasileira, quando o espectro de perigo ao redor dos estrangeiros habitantes de Porto Novo foi amplificado. Ainda no ano anterior as autoridades locais proibiram a fala da língua alemã em locais públicos, mas existem também indícios de que teriam sido vedados em âmbito privado (MAYER, 2016). Como política última, já em fevereiro, todos os estrangeiros vinculados ao eixo foram obrigados a emigrar de Porto Novo.

Fevereiro de 1943, todos os cidadãos do eixo devem migrar

A anteriormente citada, Maria Wiersch Rohde, alemã nata e de cidadania norte-americana¹¹, narrou os acontecimentos relacionados ao evento em um livro que publicou originalmente na língua alemã padrão em 1951, que mais tarde foi traduzido e publicado na língua portuguesa em 2011, onde foi intitulado “Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados”. A autora denomina os episódios de fevereiro de 1943 como “caravana da morte”.

Segundo Rohde (2011), este processo foi realizado em duas etapas. A primeira era uma convocatória sumária de todos os estrangeiros que habitavam Porto Novo. Nesta foi realizado um controle e seleção. Em um segundo momento foi anunciado um prazo de dez dias para que os selecionados vendessem todos os seus bens e se preparassem para migrar rumo as cidades de Xaxim ou Xanxerê, prazo que mais tarde sofreu uma ampliação de dois dias.

Os forçados a venderem seus bens e migrar em fevereiro de 1943 eram aqueles de cidadania alemã ou romena que não tivessem contraído matrimônio com nacionais ou grupos não atingidos. Neste sentido, foram excluídos estadunidenses, suíços, russos e teuto-brasileiros (inclusive filhos de estrangeiros, sem poupar seus pais), ou até nacionais dos países inimigos, por estarem vinculados à algum brasileiro ou brasileira, ou não representarem um risco neste tempo de conflito. No mapa a seguir podemos observar a região determinada como destino aos estrangeiros forçados a migrar:

¹¹ Nasceu na Alemanha, imigrou com os pais para os Estados Unidos e em seguida para o Brasil. Casou-se neste país com Carlos Rohde, com o qual se estabeleceu em Sede Capela, na recém fundada colônia de Porto Novo no ano de 1926 (RAMBO, 2014). In: RAMBO, Arthur Blásio. Fronteiras de colonização VIII. 2014. Disponível em: <<http://arthurblasiorambo.blogspot.com/2014/12/fronteiras-de-colonizacao-viii.html>>. Acesso em: 15 set. 2019.

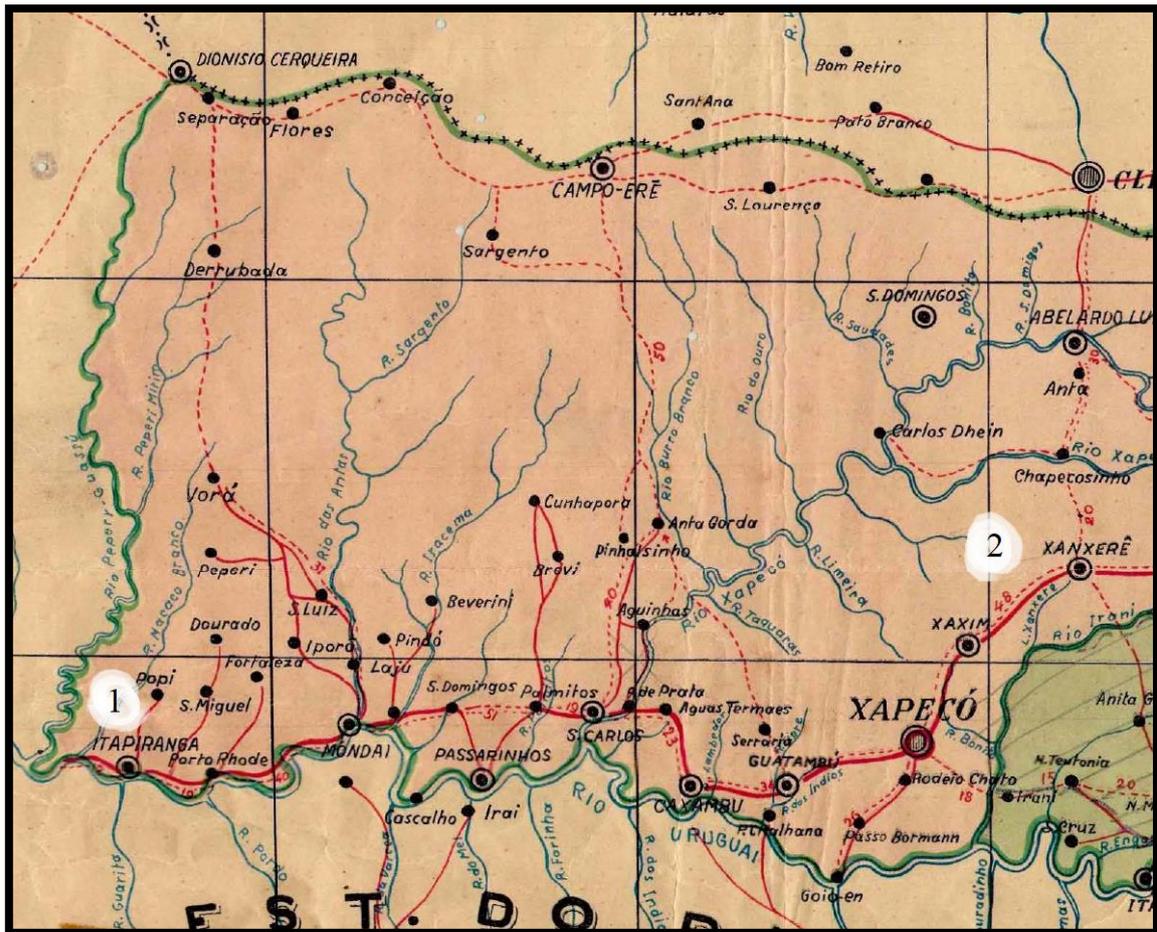


Figura 4: Recorte de mapa do estado de Santa Catarina em 1939 com marcações nossas. A região demarcada com o número 1 é referente a Porto Novo, indicada politicamente no mapa como Itapiranga (por sua condição oficial de vila no período). Já o número 2 indicada a região para qual os estrangeiros deveriam ser direcionados. O traçado a ser seguido provavelmente contornava o Rio Uruguai pelas estradas principais, até alcançar “Xapecó”, hoje Chapecó, e rumar ao norte para Xaxim ou Xanxerê.
Fonte: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/sc/sc000.html>>. Acesso em 11 nov. 2019.

A primeira parte da “caravana da morte” era conformada, segundo Rohde, por 64 teuto-romenos, bem como alguns alemães, que a autora não enumera. Podemos supor que um dos participantes deste primeiro grupo era Anton Ruscheinski. Este, teuto-romeno¹², filho de teuto-russos, então com 23 anos, foi o único de sua família obrigado a migrar. Os russos como seus pais, ou os romenos casados com brasileiros, como sua irmã, ou até os brasileiros, como alguns de seus irmãos, não tiveram a mesma obrigação que ele¹³ (JUNGBLUT, 2011).

Não somente a cidadania como também a vinculação matrimonial parecia definir quem eram os alvos prioritários do período, apesar de uma “campanha de nacionalização”

¹² Nascido em território romeno, mas de família de fala alemã.

¹³ As múltiplas vinculações à Estados-Nação que configuravam a família Ruscheinski se devem à rápidas transformações nas fronteiras europeias reflexo do período político conturbado do primeiro terço do século XX, bem como o processo migratório do qual foram parte.

institucionalizada. Dois casos adicionais confirmam tal perspectiva. O primeiro destes é o relatado por Ida Müller Welter, teuto-romena¹⁴, então prestes a completar vinte anos de idade. Esta viu no advento da ordem policial seus pais, romenos, terem que migrar rumo à distância definida da faixa de fronteira. De forma contrária à sua família, Ida pôde permanecer, por ter se casado no ano anterior com Adolfo Welter, cidadão brasileiro (WELTER, 2010). Um segundo caso que confirma tal perspectiva é o ocorrido com a já citada Maria Wiersch Rohde, alemã portadora de cidadania *yankee*, que assim como sua irmã mais velha, casada com um médico suíço, pôde permanecer em solo itapiranguense. Sua mãe, alemã¹⁵ com cidadania estadunidense, por estar incapacitada fisicamente e no alto de seus 83 anos, também pôde ficar¹⁶ (ROHDE, 2011).

Mesmo com os grandes impactos das migrações forçadas pelas autoridades locais, a atuação de membros da *Volksverein* junto à diversas esferas do poder nacional fizeram com que as medidas fossem revertidas antes do final do mês de fevereiro, apesar de que muitos estrangeiros já haviam vendido seus bens e partido rumo à Xaxim. Posto isto, podemos supor que a reversão das medidas, bem como a demora da sua própria aplicação, com relação à interpretação do Decreto-Lei que regulava as questões de fronteira (instituído em 1939), que a efetivação de políticas direcionadas aos estrangeiros em solo itapiranguense dependiam profundamente de diversos interesses envolvidos.

Uma nacionalização restrita?

A nacionalização, em tese, era voltada à construção ou difusão de uma identidade nacional brasileira de forma a que o território fosse povoado apenas por aqueles identificados com a nacionalidade tupiniquim. Neste sentido, as políticas seriam direcionadas a incluir os elementos dissonantes em uma mesma perspectiva nacional que aqueles consonantes. Todavia, as atuações de agentes em níveis locais, assim como a condição de guerra, parecem ter causado dois efeitos.

O primeiro deles é a não implementação de algumas políticas de nacionalização ou então um atraso nestas. Para o caso de Porto Novo, a legislação que dizia respeito à proibição da presença de estrangeiros a menos de 150 quilômetros da fronteira política era de março de 1939, mas só foi utilizada em fevereiro de 1943, quase 4 anos depois. Aliado a esta questão e

¹⁴ Anton e Ida são originários da vila de Krassna, na região de Bessarábia, Romênia. Ambos vieram da mesma leva migratória nos anos 30.

¹⁵ Sua idade indica um nascimento prévio à unificação alemã (1871).

¹⁶ Rohde informa que ela não havia encontrado os documentos que comprovavam sua cidadania adquirida.

especialmente pela condição de guerra, as políticas de nacionalização foram direcionadas a alguns grupos e por vezes excluía outros.

Isso fica evidente quando Maria Wiersch Rohde trocava correspondências em inglês ou utilizava de sua cidadania norte-americana para pressionar as autoridades locais. A própria autora afirma que “como ‘cidadã norte-americana’ eu tinha maior liberdade de movimentos” (ROHDE, 2011, p. 264), e chega até a identificar os documentos estadunidenses como “meu escudo protetor” (idem, p. 270). Neste sentido, a nacionalização era majoritariamente direcionada aos cidadãos e relacionados a nações inimigas e não aliadas, ao contrário daqueles vinculados aos Estados Unidos da América, Suíça ou União Soviética. Podemos supor que em uma situação de não existência de uma guerra global o panorama poderia ter sido distinto, mas a campanha de nacionalização conviveu, ao longo de grande parte de sua vigência, com a ameaça de um conflito ou a participação no mesmo.

Somado à esta questão, o ocorrido em fevereiro de 1943 constitui uma nacionalização da faixa de fronteira ou do espaço físico portonovense, sem, no entanto, incorrer em uma nacionalização geral do país (SAUSEN, 2019). A fuga de alemães através do limite político do Estado brasileiro com a Argentina, em agosto de 1942, por outro lado, removeu da espacialidade nacional um pequeno contingente de estrangeiros (ou não nacionais), de forma a nacionalizar parcialmente Porto Novo.

Todavia, os números inexpressivos do primeiro caso e os limites do segundo evento, transformam ambos os momentos de migrações forçadas em atos falhos da nacionalização. O “sucesso” no esforço de nacionalizar o espaço somente teria ocorrido caso todos os não nacionais, sejam eles estrangeiros ou não (de um ponto de vista do local de nascença), tivessem deixado Porto Novo em definitivo. Entretanto, estes casos somam-se a outros momentos históricos onde a nacionalização foi feita a partir da remoção de elementos dissonantes ou indesejados de alguma territorialidade (CONVERSI, 2012).

Apesar das similaridades, a nacionalização conduzida em Porto Novo foi restrita, e isso por duas razões. A primeira delas é o fato de que medidas como as migrações forçadas de agosto de 1942 ou fevereiro de 1943 removiam alguns estrangeiros da fronteira, mas não do restante do país. E a segunda questão é a de que a nacionalização não afetava alguns grupos, justamente pela situação de não belicosidade do Brasil com as terras natais destes.

Considerações Finais

O Estado Novo brasileiro (1937-1945), assim como outros governos, dirigiu políticas de nacionalização para com sua população, visando assim uma homogeneização cultural de seus habitantes. Neste sentido, seu período de duração foi caracterizado pela ampliação da esfera pública e profundas medidas em torno da nacionalização, o que foi expandido e direcionado especificamente a certos grupos após o ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

Assim, Porto Novo, colônia destinada exclusivamente para alemães e/ou seus descendentes que fossem de fé católica e localizada no extremo oeste do estado brasileiro de Santa Catarina, foi palco de diversas medidas de nacionalização conduzidas pelo Estado Novo. Sua composição social, foi em um primeiro momento uma razão para as políticas. Em um segundo momento, a sua localização em uma faixa de fronteira, não somente como o limite político, mas sim enquanto uma faixa ampla, de uma distância não determinada, vista como estratégica, figurou como protagonista em meio à Campanha de Nacionalização e ampliou os esforços estatais na localidade.

Com o início da guerra, as políticas com relação aos estrangeiros no território tornaram-se razões de segurança, e geraram grandes consequências aos grupos de alemães e romenos que habitavam a localidade. Dois exemplos importantes neste sentido podem ser percebidos e agosto de 1942, com a fuga de alemães através do limite político, devido ao temor por perseguições, onde a fronteira foi utilizada como um recurso estratégico. Assim como em fevereiro de 1943, quando a fronteira transformou-se em combustível para uma das medidas de nacionalização mais impactantes do período: a remoção espacial de centenas de alemães ou romenos da colônia de Porto Novo.

Neste sentido, caracterizada pela relação com a fronteira, as medidas de nacionalização e em especial as migrações forçadas, foram restritas por se dirigirem à grupos específicos e não a totalidade dos não-nacionais localizados em Porto Novo, assim como também por nacionalizarem em parte aquele espaço e não outros.

Referências

BONI, Luís A. de. “O catolicismo da imigração: do triunfo à crise”. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). Rio Grande do Sul: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 234-255.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Diário

Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1939. Seção 1, s/p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BUENO, Clodoaldo. 2008. “Transição do período Vargas (1930-1945): nova percepção do interesse nacional”. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 233 - 268.

CONVERSI, Daniele. 2012. “Nación, Estado y Cultura: por una historia política y social de la homogeneización cultural”. Historia Contemporánea. 45. p. 437-481. ISSN: 2340-0277.

DREHER, Martin. 2014. 190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças. São Leopoldo: Oikos. 248 p.. ISBN: 978-85-7843-541-7.

EIDT, Paulino. 2011. “Colonização Porto Novo: identidade e etnocentrismo?”. Cadernos do CEOM. 35. p. 55-74. ISSN: 2175-0173.

EIDT, Paulino. 2018. “O caminho virtuoso das escolas paroquiais”. In: MAYER, Leandro; KUMMER, Cecilia Werner; GUARIENTI, Eduardo; KUMMER, Neiva Andrea Klagenberg (org.). Oitenta anos da Escola São Vicente (1938-2018): mais que uma escola, uma história de vida. São Leopoldo: Oikos. p. 12-28. ISBN: 978-85-7843-826-5.

GELLNER, Ernest. 2001. Naciones y nacionalismo. Traducción de Javier Seto. Madrid: Alianza Editorial. 178 p. ISBN: 84-206-2532-9.

GIORI, Pablo. 2015. “Cultural Nationalism: how are cultural practices involved in the nation-building process?”. In: SABATÉ, Flocel (org.). Perverse Identities: identities in conflict. Pieterlen: Peter Lang AG, p. 421-436. ISBN: 978-3-0351-9527-9.

GIORI, Pablo. 2017. “Factores de nacionalización: nacionalismo, sociedad civil y prácticas culturales”. Rubrica Contemporanea. 11. p. 95-113. ISSN: 2014-5748.

GIORI, Pablo. 2014. “Nacionalismo cultural, propuestas metodológicas”. Temáticas. 44. p. 87-112. ISSN: 1413-2486.

HOBBSAWM, Eric J.. 2013. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz & Terra. 230 p. ISBN: 978-85-21903-08-6.

JUNGBLUT, Roque. 2011. Porto Novo: um documentário histórico. Porto Alegre: Letra & Vida. 486 p. ISBN: 978-85-60776-87-0.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). Os alemães no sul do Brasil. Canoas: Ed. ULBRA. 1994, p. 149-161. ISBN: 85-85692-05-7.

LEVINE, Robert M. 2001. O pai dos pobres: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras. 278 p. ISBN: 85-35901-90-6.

MAYER, Leandro. “O triste fim de Anton Kliemann”: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo. 2016.

MROS, Günther Richter. “O Brasil nas guerras dos outros: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914-1919 & 1930-1945)”. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

NEUMANN, Rosane Marcia. “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!” as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2003.

NUNES, Maria Zilles Magno. 2015. O começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933). Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR. 175 p.

RAMBO, Arthur Blásio. Fronteiras de colonização VIII. 2014. Disponível em: <<http://arthurblasiorambo.blogspot.com/2014/12/fronteiras-de-colonizacao-viii.html>>. Acesso em: 15 set. 2019.

REICHERT, Patrício. “Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo”. In: MAYER, Leandro; FRANZEN, Douglas Orestes (org.). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 179-193. ISBN: 978-85-7843-578-3.

ROHDE, Maria Wiersch. 2011. Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica & Editora Porto Novo. 324 p.

SAUSEN, J. V.. 2018a. “A nacionalização cultural imposta em Porto Novo (SC/Brasil) durante o Estado Novo (1937-1945). In: Sonia Rosa Tedeschi; Griselda Pressel. (Org.). Historia, regiones y fronteras: cruces teórico-metodológicos, experiencias de investigación y estudios de caso: trabajos presentados en la IX Reunión anual Comité Académico Historia, Regiones y Fronteras de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2019, p. 343-358. ISBN: 978-987-692-188-6.

SAUSEN, João Vitor. A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.

SAUSEN, J. V.. 2018b. “Transformando Porto Novo em Brasil: aspectos dos usos da educação local após 1938”. In: Leandro Mayer; Eduardo Guarienti; Cecilia Werner Kummer; Neiva Andrea Klagenberg Kummer. (Org.). Oitenta anos da Escola São Vicente (1938-2018). São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 29-39. ISBN: 978-85-7843-826-5.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. 1984. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra/EDUSP. 405 p. ISBN: 85-219-0355-3.

SEYFERTH, Giralda. 1994. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). Os alemães no sul do Brasil. Canoas: Ed. ULBRA. p. 11-27. ISBN: 85-85692-05-7.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. 2005. “A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friedrich”. Anos 90. 21/22. p. 295-330. ISSN: 1983-201X.

QUIROGA, Alejandro. 2013. “La nacionalización en España: una propuesta teórica”. Ayer. 90. p. 17-38. ISSN: 2255-5838.

QUIROGA, Alejandro. 2011. “Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya”. Revista catalana d’història. 4. p. 143-160. ISSN: 2339-6806.

WELTER, Ida Müller. 2010. Uma imigrante teuta romena e outros escritos. Itapiranga/Florianópolis: PEST. 152 p.

WERLE, André Carlos. O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.

ZUEV, Dennis; VIRCHOW, Fabian. 2014. Performing national-identity: the many logics of producing national belongings in public rituals and events. Journal of the association for the study of ethnicity and nationalism. 20. p. 191-199. ISSN: 1754-9469.